



Maquinações de natureza em episódios urbanos *Nature's machinations in urban episodes*

v. 8, n. 2 [13]
mai/ago (2016)

Dossiê: Cidade e Natureza

Pedro Dultra Britto
Universidade Federal de Goiás
pdbritto@gmail.com

Carolina Ferreira Fonseca
Universidade Federal de Goiás
aca.fonseca@gmail.com

Resumo

O artigo aborda maquinações entre natureza e cidade a partir das políticas de subjetivação contemporâneas analisadas com enfoque nas interações entre hegemonias e resistências. Explora interações e rupturas entre hegemonia e resistência através da contextualização de situações contributivas para a reflexão do urbanismo sob a ótica da paisagem, das visibilidades, da política e dos afetos citadinos. Tais interações desdobram-se de três episódios contextualizados nas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro: 1) Desaparecimento e morte dos rios; 2) Um lugar ao sol na natureza urbana: territorialidades e paisagem; e 3) Pesca artesanal e paisagem: territorialidades de memória e apagamentos. Os episódios articulam sentidos de "hiper-realidade" (BAUDRILLARD, 1991); "maquínico" (DELEUZE e GUATTARI, 2007); e "justificativas ambientais" (ACSELRAD, 2010), entre outros, assumindo diferentes configurações para práticas urbanas relacionadas com a natureza. A abordagem pelo viés da subjetivação instaura campos de forças tensionados, denominados de natureza celibatária.

Palavras chave

Maquinações. Natureza Celibatária. Hiper-realidade.

Abstract

The article approaches machinations between nature and city from the perspective of contemporary politics of subjetivation, which are analyzed with focus on interactions between hegemonies and resistances. It explores interactions and ruptures between hegemony and resistance through the contextualization of situations which contribute for the reflexion on urbanism from the viewpoint of landscape, politics and city affects. Such interactions unfold

from three events taking place in the cities of Salvador, Recife and Rio de Janeiro: 1) Rivers' disappearance and death ; 2) A place in the sun in urban nature: territorialities and landscape; and 3) Artisanal fishery and landscape: territorialities of memory and erasure. These events connect the meanings of "hyper-reality" (BAUDRILLARD, 1991); "fabrications" (DE CERTEAU, 2002); "machinic" (DELEUZE e GUATTARI, 2007); and "environmental justifications" (ACSELRAD, 2010), among others, taking on different configurations for urban practices related to nature. The approach from the perspective of subjetivation establishes fields of tensioned force denominated bachelor nature.

Keyword

Machinations. Bachelor nature. Hyper-reality.

1. INTRODUÇÃO

Cidades são existências de difícil definição, considerando variáveis e grandezas espaciais, temporais, sociais, históricas, culturais, enfim, um conjunto de forças em complexa interação. Elas abrigam a maioria das pessoas existentes no planeta¹, as quais sobrevivem praticando incontáveis e imponderáveis modos de vida e necessitam operar incessantes adaptações, frente à sua condição processual. Vive-se em cidades desde há cinco ou dez mil anos. Na tipologia moderna, excedida e expandida, apenas uns cem ou duzentos anos e, na situação extrema de hoje, globalizada, financeirizada e tecnificada (sistemas de comunicação e informação), talvez desde uns cinquenta anos passados. Quando Milton Santos (1996) questiona se "hoje abandonamos a ideia de natureza, com o ser humano cada vez mais vivendo no meio por ele produzido" a resposta pode ser bem complexa, dada a quantidade de situações urbanas que utilizam a natureza como referencial.

Tratam-se de eventos (esportivos, da indústria cultural e de entretenimento), atuações de engajamento e educação ambiental (projetos do tipo Tamar, SOS Mata Atlântica, Baleia Jubarte, etc.), ações de sobrevivência (agriculturas urbanas, coleta e pesca de subsistência), comércio, especulação e apropriação (condomínios "verdes", parques e áreas "públicas"), espiritual (raízeiros, candomblé e etc.) e diversos outros usos das naturezas existentes nos contextos urbanos. Quando o mesmo Milton Santos afirma que "a sociedade que era contida pela natureza nos primeiros milênios, hoje é quem contém a natureza" (*Ibidem*, 1996), significa uma apropriação cultural, passível de ser percebida em inúmeros segmentos e territórios de cidade.

A experiência urbana de natureza institucionalizada é, em geral, uma experiência espetacularizada, relacionada às instalações que utilizam elementos de natureza para

¹ 53% da população mundial (ONU, 2011) e 84,4% da população brasileira (IBGE, 2011).

proporcionar momentos de consumo e lazer, como condomínios, zoológicos, parques temáticos e turísticos, balneários e afins, sejam iniciativas das esferas pública ou privada.

Desdobra-se desta abordagem, a ideia de natureza na cidade como algo descolado da dimensão cotidiana, tal como força, energia ou espírito benigno trabalhando de forma racional e objetiva em prol da cidade. Uma natureza que a alimenta, renova seu ar e sua água e ainda mantém a instigante fauna e a beleza florestal que assistimos de longe pelas mídias. Deflagra-se por vezes a noção de paraíso, reforçando o sentido de descolamento da realidade e os mitos urbanos de natureza compondo paisagens restauradoras que, entretanto exprimem uma dimensão eminentemente utilitária, cuja função é fazer frente às “mazelas” inerentes às condições da vida urbana. Esta visão consolida a noção de consumidores de natureza e intensifica a oposição dicotômica entre natureza e cidade.

Este artigo decorre da constatação e problematização de situações urbanas associadas às naturezas coexistentes na cidade que estão relacionadas às experiências produtoras de subjetividades, dissonantes ou não dos discursos operantes, sejam aqueles dos âmbitos governamental, midiático e legislativo, ou aqueles informais, das práticas religiosas, de sobrevivência, lazer e exploração. Os casos aqui discutidos aparecem sob a forma de episódios definidos como acontecimentos ou fatos que se inserem num conjunto mais amplo, relacionados com outros aspectos preponderantes. Os episódios são introduzidos no trabalho através da sua descrição, uma contextualização histórica apresentada por meio de pequenas e pontuais digressões e, principalmente, a exposição dos confrontos e tensionamentos explorados a partir do aporte teórico. Nessa conjuntura, tratam de processos de constituição de existências, modos de sentir, reagir, instaurar e atravessar as formulações das subjetividades contemporâneas.

2. EPISÓDIO

DESAPARECIMENTO E MORTE DOS RIOS

Canalização do rio dos Seixos, que até 2008 corria a céu aberto no canteiro central da Avenida Centenário, em Salvador/BA. O argumento principal utilizado pela prefeitura municipal para justificar o projeto era a recorrência de alagamentos decorrentes das chuvas, mas a sua execução trouxe uma série de outras consequências que permitem supor a utilização daquele argumento como ativador de outras práticas: a obra está sendo investigada pelo Ministério Público por suspeita de superfaturamento; atendia aos interesses imediatos da ampliação de um shopping center localizado na mesma avenida (de fato uma grande reforma foi executada no empreendimento na sequência imediata à canalização); o projeto de reurbanização interferiu significativamente na valorização do custo imobiliário daquele trecho da cidade; a obra foi concluída na véspera das eleições municipais que reelegeram o prefeito, tendo sido este o principal mote da sua campanha eleitoral. Do ponto de vista técnico existiam outras

soluções para o problema de drenagem argumentado, mas que não foram aventadas ou discutidas publicamente, e a solução adotada - a canalização do rio - é uma técnica discutível por exterminar todos os atributos biológicos e paisagísticos do mesmo, e por acarretar custos mais altos.

Na mesma cidade, outro rio que corria entre morros, no vale que se forma no Alto da Boa Vista, morreu assoreado e desfigurado pela ocupação de caráter informal de baixa renda que se deu nas suas margens a partir da década de 1980. O que diferencia esta morte do rio daquela outra, praticada mediante concorrência pública, oficializada e assistida passivamente pela mesma Salvador no vale Centenário em 2008? Que poderes são ativados nestes processos e quais suas implicações na noção de vida e morte dos rios urbanos? E isso foi operado quando outros grandes rios urbanos do mundo vem sendo ressuscitados, com altíssimos custos, orgulho e aproveitamento². Rios são corpos receptores (terminologia da engenharia), passíveis de serem mortos e ressuscitados. Felipe, morador nascido em Alto da Boa Vista, manifesta sua relação com o rio como nostalgia, uma experiência correlata à outra temporalidade da sua própria vida e a da cidade, a sua juventude³: “Todas as brincadeiras aconteciam pelo rio que dava banho e trabalho; Todos caminhos passavam por ele e tinha a pinguela que ia até a casa da vó e a ponte que chagava na escola; Hoje tem uma rua e quando passo eu atravesso a lembrança.” O rio do alto da Boa Vista figura uma característica intrínseca à constituição da experiência urbana desse sujeito, subjetivada enquanto memória, reminiscência juvenil das suas lembranças de brincadeiras na beira do rio que sumiu. Enquanto o rio da Avenida Centenário foi morto e enterrado o do Alto da Boa Vista simplesmente desapareceu.

No início do ano de 2012 estavam em curso mais duas obras de canalização de rios na cidade de Salvador: a do Canal do Imbui, que é formado pelos rios Saboeiro, das Pedras, Cascão e Baixo Pituaçu e se localiza no bairro da Boca do Rio, e a do rio Lucaia, localizado no canteiro central da Avenida Vasco da Gama. Que sentidos podem emergir do desaparecimento destes rios? Eles emergem ou apenas constituem desfigurações irrisórias, imperceptíveis, resultantes da relação de distanciamento consolidada entre tais territorialidades – os rios - e os sujeitos co-implicados nas suas imediações e suposta experiência?

Essas funcionalizações de ocorrências naturais geram rebatimentos no território urbano e produzem reverberações que são assimiladas com passividade e resignação em muitos casos –

² Para recuperação de rios utiliza-se os termos revitalização ou renaturalização, dependendo do grau de degradação e alcance das ações recuperadoras. Alguns rios urbanos conhecidos já recuperados são o Tâmbisa (Inglaterra), Sena (França), Reno (Suíça, Alemanha, França e Holanda), Danúbio (19 países da Europa), Socolowka e Warta (Polônia), Cuyahoga e Anacostia (EUA), Cheoggyecheon (Coreia do Sul), Alamar (México) e Mapocho (Chile). Cf. AFONSO, J.A.C. “Renaturalização e Revitalização de Rios Urbanos: Uma Abordagem Sistêmica”, 2011.

³ Felipe foi entrevistado em 17/09/2008, tinha 26 anos e era guardador de carros do estacionamento de um super mercado local, nascido e criado no bairro Alto da Boa Vista em Salvador/BA.

dada a “inevitabilidade e imprevisibilidade” atribuídas à maior parte destas infiltrações da natureza, mas também geram reação e inconformidade em outros. Porém, conforme o modo de operação das estruturas intermediadoras pode-se desvelar situações e aspectos usualmente relevados ou ignorados, mas que são consequentes de intencionalidades, de posicionamentos políticos, éticos e estéticos, ao acarretarem interferências na produção de sentidos e nos modos de existir na cidade.

O presente artigo pretende, portanto, explicitar as reverberações destes campos escalares, dos distanciamentos e aproximações, das rupturas e fusões que as normas e as práticas incorrem nas dimensões adotadas. Ou noutros termos, questionar as relações entre natureza e cidade, tencionando territorialidades constituídas pelas práticas e experiências cotidianas de natureza àquelas formuladas nas instâncias hegemônicas do urbanismo/ planejamento urbano, como produtoras e produtos de uma intrincada trama de processos de subjetivação. O artigo é guiado pelas seguintes questões: Que territorialidades se constituem nesta interação? Quais questionamentos ético-estético e políticos são suscitados na conformação destas territorialidades? Que implicações no que se refere à vida, risco, morte, existência e sobrevivência emergem destas territorialidades? Por fim, que urbanidades são configuradas e desfiguradas na interação entre hegemonias e resistências?

3. VISIBILIDADES DE NATUREZA NA CIDADE

Muitas experiências de natureza na cidade dependem de artifícios simuladores, gatilhos para processos de subjetivação agenciados por reproduções e representações. Alguns desses processos acontecem quando a pessoa depara-se com agenciamentos de sentidos correlatos aqueles de natureza, mas que não se constituem diretos e/ou plenos, pois não se trata dela própria e sim de simulacros produzidos ou resultantes, oriundos de procedimentos de controle da cidade e/ou estimuladores de consumo. Os simulacros de natureza são agenciadores de fabricações substitutas porque criam realidades que suprem de maneira pobre volições originais e funcionam como intermediadores de uma experiência que traz um tipo de saciedade efêmera. Esse procedimento condiz com o sistema contemporâneo de consumo massificado por estar relacionado com a produção da falta e da frustração, como uma fome que se alimenta dela mesma, mas não se nutre.

Jean Baudrillard (1991) enfatiza que simulacros ocasionam experiências num momento em que já não existem mais referências para distinguir o real do irreal, e caracteriza o mundo capitalista contemporâneo pelo viés desta indistinção qualitativa formadora de uma realidade. O mecanismo funciona como uma mutação da realidade, uma diferenciação da experiência que necessita cada vez mais modelos – constituídos e disseminados principalmente pelas mídias – para afirmar-se independente de qualquer conexão com o real. O autor observa que a profusão de experiências fabricadas possibilita um contato característico porque é prévio

e independente das experiências reais, produzindo uma percepção evidentemente diferente. A “precessão dos simulacros” como substitutos do real implica perdas:

É toda metafísica que desaparece. Já não existe coextensividade imaginária. (...) O real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando – e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí. Já não tem de ser racional, pois não se compara com nenhuma instância, ideal ou negativa. É apenas operacional. Na verdade já não é o real, pois já não está envolto em nenhum imaginário. É um hiper-real, produto de síntese irradiando modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera. (BAUDRILLARD, 1991, p. 8)

Analisando os procedimentos capitalistas relacionados à propulsão do consumo, Baudrillard constata que dois movimentos são complementares neste sentido. Em primeiro plano, a substituição do real pelo simulacro acarreta a transformação da mercadoria em signo, que parte de um imaginário pré-existente construído pelas mídias e senso comum, o contato com o simulacro em lugar do real resinifica a realidade.

Em segundo plano, a profusão, manipulação e estetização de signos estimula o desejo do consumo e constituem três fatores complementares do processo: o farto oferecimento de produtos induz a não distinguir valores específicos a cada impulso de consumo; a profusão resulta na banalização de todas as coisas em mercadoria de valor; a adequação e mistificação conduzem a um sentimento de necessidade, mas que é pelo ato de consumo e não pelo objeto de consumo.

Há um procedimento de customização que reduz tudo a condição de mercadoria, um mecanismo que também ocorre com a natureza na cidade no momento em que estase torna um signo estetizado e difundido. Porém, a estetização da natureza na cidade é anterior aos procedimentos capitalistas contemporâneos e advém das necessidades de ordenamento do espaço urbano.

A relação signo-simulacro atravessa relações de natureza na cidade já estetizadas desde as grandes modificações materiais e de sentidos. As novas interposições que estes atravessamentos estabelecem pelo viés contemporâneo do consumo e escassez, no caso da natureza, também passam a ser agenciadas pelos mecanismos de abstração descritos por Baudrillard. Na construção da relação simulacro/hiper-real que faz, o autor afirma que há uma importante diferença entre a operação desencadeada ao nos depararmos com uma representação do real - o mapa de um território é o exemplo anotado por ele - daquela que chama de simulacro, porque neste caso “já não se trata de mapa nem de território. Algo desapareceu: a diferença soberana de um para o outro, que consistia o encanto da abstração” (BAUDRILLARD, 1991, p.8).

Pelo procedimento inverso a abstração se empobrece - perde o encanto - quando já nos deparamos com algo concreto o suficiente para substituir a realidade e também quando esta realidade já não está disponível para qualquer confronto. No caso da natureza, já havia a sua estetização e ressignificação; a profusão dos simulacros contemporâneos e a constituição

da hiper-realidade são potencializados por representações pré-existentes. Neste sentido talvez a natureza venha assumindo feição de simulacro há muito tempo e seja desde então matéria de relações graduais de hiper-realidade semelhantes àquelas descritas nos termos adotados por Jean Baudrillard no trecho da entrevista abaixo:

(...) PERGUNTA - É possível pensar a natureza como alteridade?
JEAN BAUDRILLARD - Será que tivemos a alteridade como a alteridade? Não sei se tivemos relação de alteridade radical como essa (da natureza). Tenho a impressão de que o estado em que estamos seria antes o da metamorfose e de que a natureza não existe como tal. Existem animais, plantas, mas isso está no mesmo ciclo da metamorfose, e aí não há, portanto, identidade verdadeira, portanto também não há alteridade, não há eu e um outro, há fases sucessivas. (...) Dizer "a natureza é mortal" significa afirmar que o nosso espaço humano é mortal. Pela primeira vez podemos conceber que essa espécie humana é mortal e ao mesmo tempo todo o contexto que a envolve. Ela não possui privilégios, ela compartilha da mesma mortalidade que a natureza, então é preciso sobreviver enquanto espécie não-natural, artificial, é preciso criar uma espécie-artefato em simulação." (BAUDRILLARD, 2007, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u69174.shtml>)⁴

Uma questão fundamental colocada na obra "Simulacros e Simulação", é que os meios de representação utilizados pelos simulacros substitutos da realidade estão sempre em descompasso às expectativas geradas pela saturação do discurso, atendendo às satisfações imediatas e superficiais, mas sem estancar a motivação do consumo. Ou seja, eles são menos, menores e incapazes de satisfazer plenamente por se tornarem indistintos daquilo que representam, como se o reflexo de um espelho pudesse ser tomado pelo seu real. Entretanto, o próprio referente desaparece, ou conforme sua fala publicada na mesma entrevista "O hiper-realismo é, na verdade, uma zona da desencarnação dos corpos... é um tipo de desencarnação, de desilusão, um pragmatismo das coisas" (BAUDRILLARD, 2007).

A problemática da estetização acarreta a substituição de relações profundas por prazeres imediatos meramente estéticos. A perda qualitativa da experiência acontece pela supressão de um contato singular pleno de apreensões multissensoriais, mediações particulares do corpo com intensidades de elementos atmosféricos, espaciais e temporais próprios, substituídos pela superoferta de apenas um ou dois sentidos como vetores de apreensão. Neste caso, o sentido predominante de apreensão é o visual e a natureza desmaterializada é a sua imagem.

Simultaneamente à constituição de simulacros constata-se o incremento de uma fruição quase passiva ante a perda de rituais e o esvaziamento da vivência, remetendo às análises

⁴ Entrevista concedida ao jornal quando estive no Rio de Janeiro para participar de uma conferência acadêmica no mesmo momento que acontecia naquela cidade a ECO-92, e republicada por ocasião do seu falecimento.

que Walter Benjamin fez em 1936 sobre a reprodutibilidade técnica, notadamente acerca daquilo que denomina como perda da aura. Desde então uma profusão de associações entre realidades e virtualidades entremeiam a imagem e o observador. Trata-se de uma enorme produção filosófica e acadêmica dedicada ao estudo dos regimes de visibilidade, demonstrando um atento acompanhamento das modificações e sentidos das imagens na apreensão e percepção do mundo.

Nesse ínterim, localizamos as considerações de Freud (1996) que relacionam a questão da imagem com os conceitos de narcisismo, exercício do poder e controle pelo *voyeur* (aquele que vê); de Walter Benjamin (1985) ao discorrer sobre as transformações que as técnicas de reprodução da imagem estabelecem na estruturação das linguagens e sentidos de apreensão da realidade; de Guy Debord (1997) na crítica que faz ao capitalismo como explorador de dispositivos de dominação e alienação pelo viés do espetáculo; Paul Virilio (1994) sobre a substituição dos objetos e coisas por imagens.

Cada abordagem, apesar das diferentes temporalidades e desdobramentos, denota, além da fecundidade da questão, um aprofundamento na complexidade e inter-relações da imagem na contemporaneidade. Porém, paradoxalmente, estas relações sempre estão identificadas com a perda do real pela profusão de simulacros constituintes de hiper-realidades (BAUDRILLARD, 1991) e perda da materialidade (VIRILIO, 1994).

A ênfase no sentido da visão, ao intensificar determinadas formas de apreensão em detrimento de outras, estabelece meios de conexão com realidades caracterizadas por mediações e distanciamentos. O hiper-real é desencadeado majoritariamente pela visão do simulacro e é constituído por operações de cognição e subjetivação sobre as imagens.

A associação do processo com a obtenção de prazer imediato - como o prazer estético mencionado antes - é resultante de múltiplos fatores correlacionados: abolição de experiências multi sensoriais e físicas propiciadas por naturezas encarnadas gera o campo de viabilidade do simulacro; preponderância da visão e facilidade disseminação/ pulverização midiática; modos de operação capitalísticos; sociedade estetizada e erotizada; relações de consumo; superexposição de imagens; esvaziamento da experiência; desmaterialização da natureza. A insatisfação permanente como força motriz do capitalismo contemporâneo define um círculo vicioso em que, na mesma proporção em que consumimos imagens, continuamos necessitando delas.

Há um componente viciante, uma tendência compulsiva frente ao consumo das imagens que remete ao transtorno do *voyeurismo*, um termo antes restrito ao desvio de conduta pela observação compulsiva da vida erótica e/ou sexual alheias. Atualmente ele também pode caracterizar processos típicos do homem comum contemporâneo ao se relacionar com imagens transmitidas.

Michel de Certeau, em "A Invenção Cotidiana: 1, Artes de fazer" utiliza a obra "A noiva despida por seus celibatários, mesmo" (1915/1923), de Marcel Duchamp⁵, para discorrer sobre as obras de arte que enfatizam o uso da linguagem tornando a narrativa uma parte importante da sua constituição (OLIVEIRA, 2007). Para De Certeau, este tipo de produção serve de metáfora para uma nova escriturística e integra suas reflexões acerca das táticas cotidianas.

Essas produções têm um ar fantástico, não pela indecisão de um real que mostrariam nas fronteiras da linguagem, mas pela relação entre os dispositivos produtores de simulacros e a ausência de outra coisa. Essas ficções romanescas ou icônicas narram que não existe, para escritura, nem entrada nem saída, mas somente o interminável jogo de suas fabricações. O mito diz o não-lugar do acontecimento ou um acontecimento que não tem lugar – se todo acontecimento é uma entrada ou saída. A máquina produtora de linguagem é lavada da história, limpa das obscenidades de um real, absoluta e sem relação com o outro "celibatário". (DE CERTEAU, 2002, p. 243)

A *produção de simulacros na ausência de outra coisa* proposta por De Certeau remete ao hiper-real de Baudrillard e acrescenta a condição do celibato – a obra de Marcel Duchamp é também designada, inclusive por ele, como máquina celibatária. "Uma máquina fabricante de sonhos – avançando de dia e, de noite, recuando" (FREUD *apud* CERTEAU, 2002, p. 243), e nela a noiva "jamais se casa com um real ou com um sentido" conjugando antes uma "ilusão de ótica desnudada para e por *voyeurs* que serão sempre celibatários" (CERTEAU, 2002, p. 244). O celibato é o ato que não se consuma nunca, pois ocorre dentro de uma representação de um real inexistente sugestionado pelo sentido da visão, tornando seus observadores *voyeurs*.

A crescente oferta de planos de hiper-realidade e a sua geração a partir de simulacros de natureza na cidade permitem, no contexto deste artigo, identificar gradações de contato ou de acesso ao hiper-realismo. Os planos são viabilizados por agenciamentos - desde os mais simples e diretos até complexos encadeamentos de ações variadas, que são maquínicos na medida da sua extrema dependência de articulações de forma e conteúdo (DELEUZE e GUATTARI, 2007), e celibatários naquilo que explicitam ou sugerem sem, no entanto, se concretizarem como experiência.

4. EPISÓDIO

UM LUGAR AO SOL NA NATUREZA URBANA: TERRITORIALIDADES E PAISAGEM

No contexto mercadológico, o acesso aos planos de visibilidade da natureza na cidade capitalista é determinado pela condição econômica e capacidade de consumo, reproduzindo as

⁵ Também referenciada como "O Grande Vidro".

formas de segregação operantes no território⁶. Ao constituir fator de consumo, o acesso está sujeito aos mesmos procedimentos de acumulação, valoração e exploração que incidem sobre quaisquer outros objetos de consumo que operam pelos princípios da exclusividade, do apelo midiático e influem nas operações de oferta e comercialização. Entre os planos de visibilidade de natureza comercializados na cidade a paisagem é um dos fatores que mais agrega valor, sobretudo para lugares cuja imagem exterior corresponde aos ideários veiculados pelas mídias comprometidas com a estimulação do consumo e produção de mais valia.

O filme "Um Lugar ao Sol" (2009), de Gabriel Mascaro, apresenta entrevistas realizadas com moradores das coberturas de apartamentos localizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Algumas questões são abordadas e discutidas a partir dos pontos de vista bem específicos do grupo particular de entrevistados. É notável que todos os entrevistados façam menções acerca da natureza, relacionando habitar o topo de determinados edifícios construídos nestas grandes cidades com um tipo de contato que se dá, paradoxalmente, pelo distanciamento físico.

"A gente fica lá ao ar livre, na natureza... a natureza entrando em você, isso é muito bom em cobertura, ainda mais a nossa onde você não tem barulho de carro, isso é muito legal." Morador 1

"Eu tinha pedido ao meu marido que eu queria morar numa cobertura porque queria ter o que tenho hoje, sol e chuva dentro de casa. Mas não imaginei que eu ficasse assim em frente do mar, teria este privilégio que tenho. Tenho certeza que é um privilégio morar numa cobertura e ter a natureza fazendo parte da nossa vida." Moradora 2

"Aliás, eu que tenho a consciência que aproveito a natureza... e a natureza está disposta a todos, a questão é a sensibilidade que cabe a cada um para aproveitá-la." Filho da Moradora 2

"É muito bom você abrir a janela, abrir a cortina e ter esse mar todo na sua frente, poder tomar banho com a vista... isso para mim é vida, é que eu tô vivo." Morador 3

"... você consegue ver aqui, o Dona Marta, onde você tem uma comunidade que adentra o morro, que desmata a montanha, que não preserva.... Que faz uma coisa fechada, que cria regras próprias e que tão perto tão longe faz um bang-bang... mas o Rio de Janeiro realmente é lindo." Moradora 4

"Mas, tipo sei lá, é maneiro, é tipo bom você pegar e estar no meio do mato, da natureza..." Filho da Moradora 4

⁶ Uma diferença notável, porém, se dá pela utilização direta de recursos disponíveis, como parte importante para os modos de existência dos sujeitos que dependem diretamente dos mesmos, como fatores de segurança alimentar, por exemplo, que os distingue completamente da ideia de simulacro. Um exemplo disso é a ocorrência nas cidades de atividades cotidianas como plantio, caça, pesca e coleta.



Figura 1: foto de divulgação do filme "Um lugar ao Sol" (orla marítima da cidade de Recife)

Fonte: <http://cinemapernambucano.files.wordpress.com/2010/03/um-lugar-ao-sol.jpg>

As pessoas entrevistadas enaltecem a natureza como privilégio alcançado pela exclusividade de um plano de visão específico. A proximidade com a natureza é percebida de forma absolutamente visual e apenas uma moradora menciona outro tipo de contato ao referir-se ao "sol e chuva dentro de casa". O fator isolamento obtido pela relação de altura - quando o ruído da cidade também é suprimido e tornam-se pequenas as pessoas e automóveis no solo - parece colaborar em estabelecer para os moradores uma associação da proximidade com a natureza a partir do distanciamento da cidade e do silêncio. O isolamento e distância convertem todo campo de visão em uma paisagem na qual o que eles destacam principalmente como natureza é o mar.

A "vista para o mar" é um componente de paisagem para formação de preço, extração da mais valia e configuração espacial de uma elite urbana, assumida como privilégio e distinção de classe. Mas o discurso dissimula a distinção como se a percepção da natureza fosse um fator de sensibilidade. Tal operação denota a constituição de sentidos específicos referenciados pela necessidade narcísica da exposição de particulares condições econômicas, mas, ao mesmo tempo, expõem a tentativa de camuflagem do narcisismo em um valor de outra ordem.

Apenas uma moradora e seu filho citam uma natureza diferente do mar ao se referir à mata existente no morro de Santa Marta como elemento importante, mas a fala da mãe coloca ressalvas sobre a comunidade que vive no morro, porque ela “desmata, não preserva” e porque “faz uma coisa fechada”. O distanciamento, neste caso, se aprofunda além do físico, antagonizando sentidos diferentes de relações com a natureza e com a cidade. A crítica parte de um sujeito distante que usufrui a vista e não compreende o sentido do uso próximo e direto exercido pelo sujeito que usufrui o contato. Tal crítica denota a alienação que é causada pela distância e a sedimentação de uma visão preconceituosa, que associa pobreza a crime, falta de educação e irresponsabilidade.

O morro de Santa Marta citado – localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro – abriga uma favela limítrofe à Mata Atlântica, cuja ocupação iniciou-se em 1930 (BARCELLOS, 2003), processo anterior à este lugar ser classificado como área de proteção ambiental e à verticalização do seu entorno. A intensa urbanização do seu entorno ocorre num momento em que se deflagra a ambientalização do discurso dominante, em que “preservar a natureza assume contornos cada vez mais moralizantes e ganha, como um *slogan* fácil, a simpatia do público, principalmente das classes médias urbanas” (CAMARGO, 2012, p.4). O discurso incorporado no âmbito das políticas públicas, neste caso, referenda intervenções do Estado e, tal qual o discurso dos moradores de coberturas entrevistados, sugere a dissimulação de intenções de outras ordens, camufladas em ambientalismo conservacionista.

Em janeiro de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro colocou na agenda das políticas públicas um projeto de construção de muros em torno das favelas. A proposta do projeto seria impedir o crescimento desordenado de 11 comunidades e assim proteger a “natureza” dos indivíduos que habitam aquelas áreas. A contenção se dá através de muros “cegos” de concreto os quais podem chegar até 3,5 metros de altura. (CAMARGO, 2012, p. 5)

A favela do morro de Santa Marta é a primeira comunidade a ser isolada do seu entorno imediato por meio da construção de “muros verdes” delimitadores de “ecolimites” - terminologias empregadas pelo então diretor da EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro), no artigo “**Eco-Limites: Os Muros Verdes do Rio**”. O argumento de proteção da natureza por meio da contenção do crescimento da favela não se sustenta neste caso porque, no morro de Santa Marta, verificou-se um decréscimo de 0,8% no período de 1999 a 2008⁷ (VITÓRIA, 2009 *apud* CAMARGO, 2012).

Inicialmente a construção do muro previa a remoção de 52 famílias, mas este número elevou-se a 150 no decorrer das obras. A imposição dos “ecolimites” ocorre de maneira associada com outras ações como a ocupação militar pela implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), a instituição de cobrança dos serviços de fornecimento de água,

⁷ As favelas nas quais estão sendo construídos os muros são as que menos crescem. Na cidade do Rio de Janeiro, de 1999 a 2008, as favelas cresceram 6,88%. Todavia, aquelas favelas da Zona Sul escolhidas para a implantação dos ecolimites aumentaram em média pouco mais de 1%, sendo que na favela Santa Marta ocorreu um decréscimo de 0,8% (VITÓRIA, 2009 *apud* CAMARGO, 2012).

esgotamento sanitário e energia, o estímulo ao turismo e outras iniciativas. Estas, conjuntamente, acarretam não apenas a estruturação de sistemas de controle da população, mas também o inflacionamento dos custos de vida, acrescentando outro fator de expulsão dos moradores, além daquele advindo das desapropriações já mencionadas⁸.

Verifica-se que, a pretexto da proteção da natureza, muitas das ações em curso são legitimadas por resignificações (ou funcionalizações) do ambientalismo que favorecem o controle e a fomentação de negócios no território intervindo, configurando “injustiças sociais” travestidas de “justificativas ambientais” (ACSELRAD, 2010). Para o autor, o ambientalismo agregado a uma política pública engajada no reforço da segregação e apropriação de espaço para classes dominantes, é uma estratégia que conduz ao aumento do estado de desigualdade social por dois motivos: além da problemática da desarticulação do território das comunidades, decorrente da expulsão e restrição do acesso ao espaço urbano, a estratégia descaracteriza a mobilização política contra a desigualdade ao deslocar o centro de uma questão de fundo econômico, social e político para o âmbito estritamente ambiental.

De fato, a fala da moradora de uma das coberturas entrevistada no filme é crítica em relação à comunidade do morro, entre outras coisas, porque a mesma “não preserva”, associando tais sujeitos e territorialidades à degradação da sua paisagem. E é notório que também faça menção à comunidade “fazer uma coisa fechada” quando, na realidade, é o Estado que promove o fechamento entre muros daquela e de outras comunidades⁹. Para ela o processo de subjetivação da natureza se converte numa questão de paisagem natural, elemento de fruição e restabelecimento contra as condições de *stress* da vida urbana. Uma paisagem configurada enquanto dimensão exterior às determinações de ordem socioeconômica na cidade contemporânea. Ao mesmo tempo, a natureza “Mata Atlântica”, isolada da favela por um muro e a comunidade de Santa Marta enclausurada, converte os muitos impasses da ocupação dos morros da cidade pela população pobre em problema paisagístico.

A questão remete explicitamente às análises que Carlos B. Vainer fez no artigo “Pátria empresa e mercadoria”, em que discorre sobre o Plano Estratégico elaborado para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990. Tal plano classifica a visibilidade da pobreza como impedimento para cidade se afirmar como mercadoria.

(...) a miséria é estrategicamente redefinida como problema paisagístico ou ambiental (...). Poder-se-ia explorar um pouco mais a maneira, como a transformação da cidade em mercadoria (de luxo) repercute no olhar lançado sobre a pobreza. A transfiguração da

⁸ Sobre isso ver: “Aluguel sobe mais nas favelas do que em demais áreas do Rio, diz FGV”, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/aluguel-sobe-mais-nas-favelas-do-que-em-demais-areas-do-rio-diz-fgv.html>; acessado em 18/10/2012.

⁹ Ao final da obra do muro da favela de Santa Marta o governo do estado do Rio de Janeiro prometeu executar mais 10 muros para cercar favelas, com financiamento da Fecam (Fundo Estadual de Conservação Ambiental). No ano 2009, esse fundo disponibilizou R\$ 260,25 milhões, dos quais R\$ 5,88 milhões foram gastos com os ecolimites das comunidades no Dona Marta, Rocinha, Chácara do Céu e Parque da Pedra Branca. Cf.: <http://www.anovademocracia.com.br/>, acessado em 02/10/2011.

pobreza em ambiente foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social "o peso da pobreza". Os pobres são entorno ou ambiente pela simples razão de que não se constituem, nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infraestruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado. (VAINER, 2000, p.83)

A transposição de conceitos do planejamento estratégico empresarial para o planejamento de cidades preconiza, grosso modo, a adoção de critérios de investimento e competitividade objetivados no entendimento da cidade como mercadoria e produto vendável para o investimento e consumo capitalista internacional. O planejamento estratégico urbano praticado ao final da década de 1990 na cidade do Rio de Janeiro é um contraponto aos planos diretores participativos expressivos da década de 1980, notadamente ao substituir instâncias consultivas e participativas de inspiração democrática por critérios mercadológicos orientados por investimentos e lucratividade privados (VAINER, 2000). A mudança se enquadra na perspectiva neoliberal que o capitalismo transnacional (HARVEY, 1996) preconizava naquele momento e, no caso da cidade do Rio de Janeiro, constituíram o prenúncio de uma série de intervenções ainda em curso que radicalizam tais pressupostos. A condição de cidade produto, por exemplo, é plenamente condizente com a primazia de sediar os megaeventos Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas e, não por acaso, a aplicação do planejamento estratégico é referenciada ao grupo "catalão" por Vainer, pois se trata da replicação das estratégias adotadas por ocasião dos preparativos urbanos efetuados em Barcelona - sede das olimpíadas de 1992. É nesse contexto que o "problema da paisagem" é solucionado a partir do escamoteamento e isolamento da pobreza, por uma estratégia evidente de estetização urbana. Porém, a abordagem intervencionista por um viés do distanciamento, que abole o contato e a relação corporal com a mata em benefício da constituição da paisagem idealizada, reforça o sentido celibatário ao impor limites literalmente concretos.

É a mesma coisa que fazem com o lixo, colocam embaixo do tapete. E só estão fazendo isso aí por causa dos eventos esportivos que vão ter aí, olimpíadas e copa do mundo. Uma pouca vergonha. A intenção deles é para esconder. O que adianta esconder? A gente existe! (moradora do morro de Santa Marta, "Campanha contra o muro da vergonha" (filme), disponível em <http://youtu.be/HX5tyiTD2vg>, acessado em 17/10/2012)

Entende-se a intervenção do muro enquanto uma estratégia que articula política urbana e política ambiental, resultando o pretense ordenamento, controle e gestão da vida. Na escala micropolítica o que se verifica é a destituição de territorialidades cujas existências efetivam-se pelo contato, pela ação cotidiana, pela permeabilidade, pelo entrelaçamento da vida às áreas tidas como de conservação ambiental – os moradores da favela de Santa Marta realmente fazem uso de uma série de recursos obtidos por coleta e caça.

A natureza na sua condição celibatária e estéril, territorialidade esvaziada, convertida em paisagem de deleite e *voyeurismo*, é o resultado evidente de um embate de forças. Tais forças constituem dimensões de resistência e hegemonia e, neste sentido, adquirem possibilidades de se perpetrarem e consolidarem horizontes futuros potencialmente diferentes do que fora constituído até então, frente às dinâmicas ambientais e urbanas em curso.

5. INSTITUCIONALIZAÇÃO E AMBIENTALIZAÇÃO: ENGENDRAMENTOS DA BIOPOLÍTICA

Uma das questões que atribui especial interesse sobre os significados de natureza que se pretende discutir é a constatação da emergência das questões ambientais, generalizadas em todos os setores da sociedade, infiltradas nos discursos e práticas que disputam os espaços e os sentidos produzidos atualmente na cidade. Trata-se da disseminação de princípios conformadores de fundamentos éticos e legislativos, assimilados de diversas maneiras por toda sociedade urbana, interferindo e modificando - algumas vezes radicalmente - o território e também os modos e os sentidos de existência.

A legislação conservacionista do meio ambiente no Brasil começa em 1861, com o Decreto Imperial 577 que desapropria terras e cria nelas as Florestas da Tijuca¹⁰ e Paineiras, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Outro marco histórico da ação legisladora ocorre sob o governo de Getúlio Vargas, quando é sancionado o Código Florestal¹¹ e criado o primeiro Parque Nacional (Itatiaia/SP), respectivamente em 1934 e 1937. Mas a questão intensificou-se institucionalmente a partir de 1981, ao ser implantado o Sistema Nacional de Meio Ambiente¹², o qual, por sua vez, é integrado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente: um colegiado composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da administração federal, órgãos ambientais estaduais e municipais, e também por entidades de classe e de organizações não-governamentais. A implantação do Sistema Nacional de Meio Ambiente efetivou a criação de diversos órgãos governamentais nas instâncias federal, estadual e municipal, entre estes um ministério específico, secretarias de governos e conselhos deliberativos com participação de membros da sociedade civil. Concomitantemente, o poder judiciário criou as promotorias e defensorias do meio ambiente, responsáveis pela implantação e fiscalização dos dispositivos legislativos e normativos regulamentados desde então.

A disseminação da questão ambiental - ou ambientalização das instituições - atinge todos os setores da sociedade e não distingue entre os diferentes grupos sociais aqueles que apenas

¹⁰ A maior floresta urbana existente no mundo foi plantada "inicialmente por 6 escravos e, mais tarde, por 22 trabalhadores assalariados, durante 13 anos. Neste período da história da Floresta da Tijuca, estima-se que cerca de cem mil árvores, principalmente espécies nativas da Mata Atlântica, tenham sido plantadas" (disponível em <http://www.brasilazul.com.br/cidade-rio-de-janeiro-floresta-tijuca.asp> acessado em 20/02/2013)

¹¹ Em 1965, a lei passa por modificações e passa ser chamada "Novo Código Florestal".

¹² Definido na Lei Federal Nº6.938 de 1981, estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional.

agregam o discurso de forma genérica e adaptativa e aqueles que passam a utilizar concretamente as prerrogativas ambientais para legitimação das suas ações.

É por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como "ambientais", e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da "proteção ao meio ambiente". Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas. (ACSELRAD, 2010, p. 109)

O procedimento de institucionalização significou, entre outros deslocamentos, um que incluiu aspectos de natureza em novas categorias na cidade, como a criminalização de algumas práticas. A chamada "lei de crimes ambientais" (Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) prevê sanções e penas para uma série de práticas consideradas danosas ao meio ambiente, abrangendo desde o corte de árvores até a regulamentação de emissões poluentes por indústrias. Dessa forma hoje, no Brasil, a pessoa que for flagrada matando uma capivara para consumo próprio poderá sofrer sanções relativas a um crime inafiançável (Seção I, artigo 29) – uma categoria de rigor que não se aplica, por exemplo, no caso da matança de outra pessoa. É interessante verificar, conforme o exposto anteriormente neste trabalho quando se discutiu a unificação dos patrimônios de valor histórico e cultural com aqueles relativos à natureza, que esta mesma lei também trata dos "Crimes contra o Ordenamento Urbano e o patrimônio Cultural" (seção IV).

Na esfera da micropolítica verifica-se a marginalização, precarização ou extinção de alguns modos de vida e relações de existência pré-constituídas e mediadas por recursos da natureza – materiais e imateriais. No campo da macropolítica, alguns reflexos destas mudanças são verificáveis nas metodologias de gestão e planejamento, no valor agregado ao capital imobiliário e especulativo, geração de pautas para mídias e no funcionamento dos poderes judiciário e legislativo.

Partimos da premissa de que a política ambiental e as suas articulações com a política urbana operam enquanto biopolítica (FOUCAULT, 1988). Uma suspeita relativa aos inúmeros processos de reconfiguração das territorialidades urbanas, instituídas por deslocamentos populacionais, com diversas denominações, tais como expulsões, despejos, relocações, reassentamentos.

Esses processos, muitas vezes, são mobilizados a partir de regimes de legitimidade ambiental instituídos por definições como área de mananciais, de vegetação remanescente, de encostas, de drenagem, costeiras e outras, conformadoras de um conjunto de atribuições ambientais que condicionam modos de ocupar tais áreas, atrelados às categorias de ordem legislativa e ambiental, tais como Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Proteção Permanente (APP), Unidade de Conservação (UC) e outras. Tais atribuições técnicas e categorias legislativas/ambientais inscrevem na cidade possibilidades e impossibilidades de determinadas existências efetivarem-se. Então, no próximo episódio, pretende-se problematizar como tais existências e suas respectivas territorialidades, enquanto articulações

entre política, vida e corpo, explicitam a dimensão da biopolítica (FOUCAULT, 1988) coimplicada nas práticas de planejamento urbano e ambiental das cidades.

6. EPISÓDIO

PESCA ARTESANAL E PAISAGEM: TERRITORIALIDADES DE MEMÓRIA E APAGAMENTOS

A pesca artesanal vem declinando gradativamente em todo litoral brasileiro, notadamente na Bahia - estado detentor da maior costa litorânea - por diversos fatores, desde a poluição e consequente diminuição dos cardumes próximos à costa até a concorrência com sistemas industriais de pesca em grandes escalas. A Bahia é o terceiro maior produtor brasileiro de pescados, porém cerca de 60% do seu consumo atual é importado de outros estados ou países, sendo que a sua pesca artesanal responde por menos de 5% do total consumido¹³. Na tentativa de reverter este processo e fomentar a geração de renda, o governo do estado desenvolve ações com intuito de incentivar a pesca artesanal, e dentre estas promoveu em 2008 a distribuição de 290 aparelhos de GPS aos pescadores da Baía de Todos os Santos¹⁴. O fornecimento de tecnologia de orientação aconteceu porque o pescador de pequeno porte perdeu substancialmente a capacidade que tinha para orientar-se na "navegação por marcação", um sistema de localização ancestral no qual pontos referenciais na paisagem do continente são utilizados, juntamente com princípios empíricos de trigonometria e geometria, para determinar os locais de pesca no mar e de ancoragem na terra.

Apesar de o mar ser um bem comum, o litoral do nordeste brasileiro está cheio de marcas de posse dos pescadores que nele encontraram pedras submersas formando pesqueiros ricos em peixes e crustáceos. (...) A marcação está intimamente associada ao caminho de terra formado pelo caminho e assento: chega-se ao cabeço pelos sinais da terra, montes, serras, torres de igreja que vão subindo, descendo e andando durante a navegação para o cabeço. (DIEGUES, 2000, p. 96)

Como o sistema de marcação utiliza referências da paisagem terrestre, o pescador se orienta por meio de pontos visuais marcantes que requerem uma estabilidade mínima de permanência. Porém, o ritmo acelerado de transformações na paisagem da cidade de Salvador, notadamente a verticalização como processo de desfiguração da linha do horizonte, suprimiu referenciais importantes e resultou uma perda considerável da eficácia da sua capacidade de orientação.

¹³ Disponível em: <http://180graus.com/geral/bahia-e-o-terceiro-estado-na-producao-nacional-de-pescados-420515.html>, acessado em 10/09/2012.

¹⁴ Disponível em: http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2008/05/26/governo-apresenta-aco-es-para-fortalecer-a-pesca-artesanal/print_view, acessado em 10/09/2012.

7. PAISAGEM DESORIENTADA

A modificação em larga escala da cidade e a conseqüente transfiguração da paisagem urbana envolvem diversas ações operadas no contexto da dimensão hegemônica da produção imobiliária e fundiária, sobretudo aquelas localizadas em áreas de maior valor, como é o caso da costa marítima. Estas ações implicam rebatimentos como a especulação imobiliária, aumento de arrecadação, tráfego de veículos, consumo de energia e outros.

Os rebatimentos que acontecem na dimensão singular geralmente são menos percebidos ou considerados, entretanto, tais modificações interferem sensivelmente em diversos sujeitos ou grupos sociais, através de conseqüências como o desalojamento de populações abrigadas ou prestadoras de serviços das antigas estruturas, alterações ambientais de muitos tipos - sonoras, climáticas, atmosféricas, estéticas - no entorno imediato, interferências no cotidiano por modificações de trânsito e acessibilidade, esfacelamento de dimensões de sociabilidade urbana, fechamento de postos de trabalho e outros. Normalmente interferem com maior intensidade dentro da proximidade geográfica, no entanto, no caso do pescador a interferência se deu justamente pelo distanciamento que converte a cidade em paisagem de orientação e localização, um distanciamento no enquadramento que, no entanto, significa familiaridade e conhecimento detalhado do território marítimo.

A paisagem é um componente fundamental no corpo a corpo do pescador com o mar e o espaço, potencializando a sua experiência de referência e pertencimento no mundo. Pela paisagem ele se orienta desde sempre e conforme aprendeu em relações de afeto, de memória e de observação empírica, constituídas com seus mestres, seu equipamento, ambientes terrestres e marítimos, suas capacidades de percepção intuitivas acerca das relações de distância e velocidade, sua visão, enfim, todo um conjunto de atributos, saberes e processos cognitivos operados simultaneamente com o manejo da embarcação.

A perda do sentido de orientação por esse sistema não pode simplesmente ser substituída pelo aparelho GPS, mesmo supondo que o pescador venha a adquirir familiaridade com seu funcionamento. Pois trata-se da perda de uma complexa trama de sentidos e saberes que compõem a multiplicidade dos seus modos de existência. Perde-se uma via de subjetivação que relacionava a natureza, a cidade e o pescador através de uma prática singular afetada pela dimensão hegemônica. A paisagem compunha uma micropolítica no embate do pescador com o mar, o barco e o espaço urbano, e o desaparecimento do vínculo fez a mesma paisagem, nas suas oscilações de micro e macro políticas, converter-se em abstrações de outras ordens.

Além dos riscos inerentes à desorientação, o comprometimento da pesca e o esvaziamento dos modos de existência e saberes tradicionais, cabe especular acerca da modificação de sentidos constituintes de vínculos entre o sujeito e a natureza subjetivada na cidade. Houve o arruinamento de determinados vínculos e a transfiguração de uma natureza

vivenciada, inserida na experiência da ação cotidiana, para uma natureza infértil, imobilizada na própria dinâmica da paisagem. A natureza, que neste aspecto era um componente ativo no seu deslocamento e prática, irrompe-se enquanto subjetivação celibatária.

É pertinente perscrutar de forma comparativa as duas subjetivações de natureza como paisagem aqui exploradas. A primeira refere-se à paisagem enquadrada das coberturas de edifícios e a segunda dos barcos de pesca e ambas emergem da relação entre mar e orla. Tal relação parte de uma percepção a princípio visual, que acumula níveis de complexidade distintos em cada um dos casos. A paisagem-mapa do mar traçada pelo pescador na sua ação cotidiana de apropriação das múltiplas territorialidades que compõem o mar constitui um elemento de visualidade com intensas implicações de ordem tátil, sonora, olfativa, além da sobreposição com os engendramentos da memória. De modo que todas estas implicações reverberam numa prática ligada à sobrevivência, ao corpo-a-corpo do pescador na sua ação profissional cotidiana. A aparente distância daquele que olha a linha do horizonte urbano do convés de um barco e dela se apropria para percorrer uma territorialidade flutuante, reverte-se na proximidade do alcance imediato.

A paisagem-privilégio figura um tipo de abstração do próprio território, distanciado 20, 30, às vezes 40 pavimentos do chão, do nível do mar. O "olhar-divino" (DE CERTEAU, 2002) dos moradores direciona-se para o horizonte, que poderia inclusive ser atravessado por um barco de pesca artesanal, medindo mais ou menos 10 metros de comprimento por 5 de altura (um dos maiores) que levaria talvez uma hora para cruzar o alcance visual deste enquadramento. A dimensão ínfima desta extremidade é praticamente imperceptível aos olhos do morador, que se detém insistentemente, pelo menos no discurso pronunciado, sobre o prazer de observar a natureza ali plasmada.

É como se o edifício onde se localiza a cobertura se tornasse a natureza morta do convés do barco e o barco invisível ao enquadramento hiper vertical da cobertura também compusesse a cena desta natureza-morta observada pelo morador. Um cruzamento que articula dimensões de ordem socioeconômica na cidade contemporânea e evidencia o paradoxo da total indiferença figurada pela presença invisível do pescador diante da paisagem delineada da cobertura do prédio e o grave impedimento à sobrevivência de uma prática tradicional interposto pela hipervisibilidade vertical do edifício da orla.

8. CONCLUSÃO

Este artigo abordou algumas relações entre natureza e cidade a partir das políticas de subjetivação contemporâneas analisadas com enfoque nas interações entre as dimensões hegemônica e singular. Consideramos hegemônicas aquelas subjetivações produzidas por contextos institucionais e normativos, tornada preponderante quando incorporada pelos discursos formais, cujo modo de atuação/operação equaciona legislação, mídia de massa e diversas instâncias dos poderes capitalistas, de caráter governamental e/ou privado.

As singulares, no presente caso, são as subjetivações produzidas pelas práticas de grupos ou sujeitos que, em determinado momento, são referenciados por questões distintas – engendradas por contradição, indiferença, oposição, desvio – àquilo descrito anteriormente como hegemônico e que se estabelece principalmente por processos de singularização e de autonomia. Na cidade contemporânea, capitalista e normatizada, muitos modos de vida operam por meios institucionais, assim como outros tantos, também acionados a partir da lógica da regulamentação, constituem práticas alternativas, desvios e adaptações destas normas.

Este fato, porém, não define uma linha de corte entre o que está dentro e fora do contexto hegemônico, mas estabelece uma margem extensa de variadas intersecções, gradações de formalidades e informalidades que incluem múltiplas possibilidades de existir na cidade. Estas possibilidades de vida, ou modos de existência praticados são produtores de sentidos que muitas vezes estão vinculados com determinadas expressões da natureza, e são estes sentidos assumidos pela natureza na cidade que se pretendeu explicitar e problematizar.

Diversos mecanismos de manipulação da natureza como categoria estão operando na cidade e são utilizados nas disputas que envolvem os interesses dos principais mecanismos de poderes atuantes. Tais poderes instituídos são referendados por saberes técnicos estabelecidos como verdade, legalidade e legitimidade de modo que a legislação, a mídia e a política são os principais instrumentos para a efetivação e manutenção dos seus objetivos.

Esses engendramentos dos múltiplos poderes urbanos promovem variações dos sentidos de natureza acionados na cidade e produzem estados de natureza específicos a serviço de suas lógicas de produção. A presente abordagem pretendeu, portanto, explicitar as reverberações destes campos escalares, dos distanciamentos e aproximações, das rupturas e fusões que as normas e as práticas incorrem nas dimensões adotadas. Ou, noutros termos, questionar as relações entre natureza e cidade, tencionando territorialidades constituídas pelas práticas e experiências cotidianas de natureza àquelas formuladas nas instâncias hegemônicas do urbanismo/ planejamento urbano, como produtoras e produtos de uma intrincada trama de processos de subjetivação.

A dimensão hegemônica é traduzida em procedimentos que contribuem para a afirmação e consolidação das estruturas de controle arraigadas na cidade e, por isso, constituem uma forma de funcionalização da natureza urbana que opera por intermediações reguladoras e consolidam um tipo de afastamento entre a mesma e o homem. A dimensão singular desvela experiências de natureza na cidade produtoras de subjetividades dissonantes do discurso hegemônico, ou seja, tratam das micro experiências cotidianas, associadas às práticas de existência e sobrevivência, atuando como vetores e suportes de relações diretas com a natureza, promotoras de situações interativas do homem com o seu habitat urbano.

A oscilação dos elementos constituintes de territorialidades reflete modificações nos sentidos que atribuem sustentação às práticas e modos de existência, reforçando ou enfraquecendo - por meio de processos de subjetivação - os vínculos entre territorialidades, práticas e apropriações. A abordagem dessas oscilações pelo viés da subjetivação desdobra-se em campos de forças tensionados, denominados natureza celibatária. Esses campos concentram circunstancialmente forças expressivas e emblemáticas daquilo que se pretendeu explicitar e problematizar, enquanto interação entre hegemonia e resistência.

O artigo delineou-se, portanto, como uma expedição urbana cujo foco de observação, pausa e reflexão são as manifestações, expressões, infiltrações, restos, evidências e sutilezas de natureza aí encontradas. A isso chamamos processos de subjetivação, que povoam e produzem a cidade. No encaixo dos seus sentidos, os episódios são um convite ao exercício da imaginação fragmentária para pensar processos de extrema contundência e profunda conexão deflagrados nas cidades contemporâneas.

9. Referências bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. (2010). **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. In Estudos Avançados, vol.24, n.68.

BARCELLOS, Caco. (2003). **Abusado - O Dono do Morro Santa Marta**, Rio de Janeiro: Editora Record.

BAUDRILLARD, Jean. (1991). **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Editora Relógio D'água, 1991

BAUDRILLARD, Jean. **Brasil é o império das ilusões**. In Folha de São Paulo, Folha Ilustrada, 11/03/2007, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/>, acessada em 01/06/2012

BENJAMIN, Walter. (1989). *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas III. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1985). **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985

CAMARGO, José C. G. **ECOLIMITES OU SÓCIO-LIMITES? Da "preservação ambiental" à segregação sócio especial**. disponível em: http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=147:ecolimites-ou-s%C3%B3cio-limites?&Itemid=165&lang=pt, acessada em 01/06/2012

DEBORD, Guy. (1997) **Comentários sobre A Sociedade do Espetáculo**. Rio De Janeiro: Contraponto.

DE CERTEAU, Michel. (2002). **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**, Petrópolis: Editora Vozes.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. (2007) **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, São Paulo: Editora 34.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (Org.) (2000). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da Natureza**. São Paulo: Editora HUCITEC.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (1993). **O Passado Tem Futuro? Os (des)Caminhos da Requalificação do Pelourinho (Salvador/Ba)”, In Anais Do V Encontro Nacional Da Anpur, Belo Horizonte.**

FOUCAULT, Michel. (1998) **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (1979). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, S. “Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade”. *In: Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996

HARVEY, David. (2006) **Espaços de Esperança**, São Paulo: Edições Loyola.

_____. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *In: Espaço & Debates (Cidades: estratégias gerenciais)*, Ano XVI, n.39 (pp.48-64).

HOWARD, Ebenezer. “*Cidades-Jardins de amanhã*”. São Paulo: Hucitec, 1996

MORAIS, Frederico. **Máquinas de Arte**. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/tecnica/maquinas/m01.htm>, acessado em 14/10/2011

OLIVEIRA, Ana Rosa (2007). “**Tantas Vezes Paisagem**”, Rio De Janeiro, Editora Faperj.

SANTOS, Milton. (1996). **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC.

VAINER, C. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. *In ARANTES, Otília et all. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000

VIRILIO, Paul. (1994). **A Máquina de visão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994

FILME:

Um lugar ao Sol. Gabriel Mascaro. Brasil, 2009, documentário, 71', cor. (material pedagógico para escolas do ensino médio).

SITES:

<http://web.observatoriodasmetroles.net/>

<http://ipprio.rio.rj.gov.br/>

<http://movimentodesocupa.wordpress.com/>, acessado em 20/06/2012.

<http://180graus.com/geral/bahia-e-o-terceiro-estado-na-producao-nacional-de-pescados-420515.html>, acessado em 10/09/2012.

http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2008/05/26/governo-apresenta-acoes-para-fortalecer-a-pesca-artesanal/print_view, acessado em 10/09/2012.